

## EDUCAÇÃO BRASILEIRA E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIDA DO CAPITALISMO

### BRAZILIAN EDUCATION AND SURVIVAL STRATEGIES OF CAPITALISM

### EDUCACIÓN BRASILEÑA Y ESTRATEGIAS DE SUPERVIVENCIA DEL CAPITALISMO

Adriana Almeida Sales de Melo<sup>i</sup>

**Resumo:** Na discussão do tema *Imperialismo, crise e educação*, o ensaio aponta aspectos da nossa totalidade histórica em relação às recentes crises pelas quais passou o capitalismo e sua relação com as mudanças nas políticas educacionais brasileiras. A educação continua no cerne dos projetos de desenvolvimento, como produtora de conhecimento, e também como fio condutor dos processos de conformação social. São também discutidas as sequelas das crises: o aumento da desigualdade social e também o aumento da exploração do trabalho. Tornar claro nosso projeto de sociedade e de educação, como resistência aos movimentos de sobrevivida do capitalismo é uma necessidade nos movimentos de construção de contra-hegemonia.

**Palavras-chave:** Capitalismo; crise; educação brasileira.

**Abstract:** In discussing the theme *Imperialism, Crisis and education*, the essay points out aspects of our historical totality in relation to recent crises through which it passed capitalism, and its relationship to changes in Brazilian educational policies. Education remains at the heart of development projects, as a producer of knowledge, as well as guiding the processes of social conformation. They also discussed the aftermath of the crisis: the rise of social inequality and the increase of labor exploitation. Make clear our project of society and education, as resistance movements to the survival of capitalism is a necessity in building movements of counter-hegemony.

**Keywords:** Capitalism; crisis; brazilian education.

**Resumen:** Al discutir el tema *Imperialismo, Crisis y educación*, el texto señala los aspectos de nuestra totalidad histórica en relación con las crisis recientes a través del cual pasa el capitalismo y su relación con los cambios en las políticas educativas brasileñas. La educación sigue siendo el núcleo de los proyectos de desarrollo, como productor de conocimientos, así como para guiar los procesos de conformación social. También habla sobre las consecuencias de la crisis: el aumento de la desigualdad social y el aumento de la explotación laboral. Dejar en claro nuestro proyecto de sociedad y educación, como movimiento de resistencia a la supervivencia del capitalismo es una necesidad en la construcción de movimientos de contra-hegemonía.

**Palabras clave:** Capitalismo; crisis; educación brasileña.

A práxis é a atividade teleológica, projetiva, própria do sujeito humano, com seu poder de fazer escolhas, de tomar decisões, de correr riscos. É ela que precisa da teoria, para fundamentar os seus critérios, sua escala de valores. E nas ocasiões em que a teoria falha, é ela que exige a renovação teórica.

Leandro Konder.

Quando Karl Marx escrevia, tinha como chão a sua realidade material e, ao mesmo tempo, histórica. Um homem situado em seu tempo e cioso desta relação, preocupado em legar para o presente e para o futuro uma solidez teórica que pudesse ser utilizada não só para a compreensão crítica da realidade, não só para o discurso da revolução, mas para a ação política que a desencadearia, em seu movimento inexorável. A atividade humana consciente, que iria da crítica à ação, situar-se-ia no presente, tentando

desvendar e desmistificar a forma como interpretamos o passado e lançando-se para o futuro; não partindo da consciência, nem das ideias, mas condicionada pela própria realidade social.

A perspectiva de mudanças históricas não nos traz o fim da história, mas movimentos de superação de situações anteriores e, por vezes, concretiza mudanças no nosso modo de produção social, em nossa atividade incessante de criação material de nossas vidas.

A história não é mais do que a sucessão das diferentes gerações, cada uma delas explorando os materiais, os capitais e as forças produtivas que lhes foram transmitidas pelas gerações precedentes; por este motivo, cada geração continua, por um lado, o modo de atividade que lhe foi transmitido mas em circunstâncias radicalmente transformadas e, por outro, modifica as antigas circunstâncias dedicando-se a uma atividade radicalmente diferente. Acontece por vezes que estes fatos são completamente alterados pela especulação ao fazer da história recente o fim da história anterior. (ENGELS; MARX, 2012).

As sempre novas relações de poder que movimentam nossa sociedade contemporânea refletem tanto a correlação de forças sociais internacionais e locais, quanto a base econômico-política em que se fundamentam. O que chamamos hoje de crise do capitalismo também reflete este movimento histórico-social de profundas e rápidas mudanças no nosso modo social de produção atual.

Agradecendo o convite da equipe de editoria da *Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate* para apresentar ensaio com o intuito de estimular o debate sobre o tema *Imperialismo, Crise e Educação*, apontaremos alguns aspectos da nossa totalidade histórica em relação às diferentes crises pelas quais passou o capitalismo no final do século XX e sua relação com as mudanças ocorridas nas políticas educacionais brasileiras.

Inicialmente, uma afirmação simples, mas não isenta de polêmicas, é de que a crise de hoje se diferencia das crises de ontem. Por outro lado, em que a crise de hoje se assemelha à crise de ontem, à crise do petróleo dos anos setenta, dos anos do desenvolvimentismo, ou mesmo do início do século XX? Em que as relações de dominação capitalistas de hoje se assemelham e modificam em relação à nossa história recente?

### *As crises de realização e sobrevivência do capitalismo*

A crise de realização do capitalismo conhecida como “crise do petróleo” dos anos de 1970 deixou sequelas que foram além da desvalorização do dólar americano, provocando mudanças irreversíveis na correlação de forças mundiais, modificando para sempre as políticas de interdependência num mundo transformado por uma nova divisão internacional do capital e do trabalho.

O “bloco capitalista” viu o colapso da economia norte-americana acontecer: o aumento do preço do petróleo, quadruplicado pela OPEP em 1973 (MELO, 2004), provocou uma cascata de golpes não previstos pelos EUA, obrigando à dissolução do dólar como padrão monetário mundial para o ouro, tornando o câmbio mundial flexível. O aumento nos gastos em geral com energia – ainda altamente dependente do petróleo – e queda da margem de lucro em diversos outros produtos petróleo-dependentes, desequilibrou a balança de pagamento de diversos países, aumentando a necessidade de empréstimos. Nos

países latinoamericanos, a crescente dívida externa que levava a maioria dos países a uma época de intenso desenvolvimentismo, cresceu de forma cada vez mais descontrolada, atingindo a capacidade de pagamento dos juros, atingindo com incertezas todas as dimensões do crescimento econômico, atingindo as bolsas e causando uma proeminência da valorização do capital financeiro, em detrimento da produção industrial e também do comércio.

À crise dos anos 70 também se pode associar nos nossos países um processo de multinacionalização predatória, que ao mesmo tempo em que aumentava a capacidade produtiva dos países, causava uma maior desigualdade social, com a exploração intensiva do trabalho e empobrecimento das populações:

O esquema é simples: importação de capitais para um crescimento econômico de mercado interno limitado, baixos salários, pequena absorção de mão-de-obra, estruturas agrárias e comerciais arcaicas e aumento das exportações de produtos manufaturados. A entrada de capitais implica exportação dos lucros do capital investido, aumento maior das importações de insumos e bens de consumo supérfluo visando atender às camadas sociais privilegiadas com o aumento da renda e da sua concentração, pagamentos mais elevados por serviços técnicos, patentes, fretes e turismo destas camadas sociais privilegiadas. Resultado: aumento do déficit comercial e de serviços, empréstimos para cobrir estes déficits, aumento dos pagamentos do serviço da dívida externa crescente, aumento da parte improdutiva do “financiamento” externo, deterioração da capacidade de financiamento produtivo e das taxas de crescimento. (BRIONES; SANTOS, 1979, p. 154-155).

As mudanças nas políticas econômica e social, direcionadas à época principalmente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM) para a latinoamerica, tanto se dirigiam ao aumento de capacidade dos países de pagamento da dívida e seus encargos, quanto à contenção da inflação, vista como um animal feroz que aumentava não só o preço dos produtos, mas também pressionava pela intensificação da produtividade do trabalho, reforçando a tessitura das relações de interdependência de uma forma geral.

Quanto à educação brasileira, a crise de realização do capitalismo dos anos de 1970 trouxe a necessidade de consolidação das novas necessidades com relação ao aumento da produtividade do trabalho. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de nº. 4.024 de 1961, paulatinamente esquecida nos anos da ditadura militar, foi substituída, não por uma nova LDB, mas com reformas intensas especificamente na educação do primeiro e segundo graus, por meio da lei de nº. 5.692 de 1971.

Conhecida como lei do ensino profissionalizante, a lei nº. 5.692/71 trazia a obrigação da formação em “habilidades especiais”, tornando o ensino profissionalizante obrigatório para o segundo grau e legislando sobre os estágios de menores nas empresas. Mesmo tornando obrigatório o ensino de 7 a 14 anos, aquela lei imprimiu um caráter de terminalidade de estudos, lançando estas pessoas qualificadas para o trabalho simples no mercado de trabalho como aprendizes ou estagiários. A preocupação com a formação do exército industrial de reserva estava em pleno momento de grandes modificações, exigindo a formação de uma força de trabalho cada vez mais urbana e com um grau maior de escolarização. No Brasil, o Estado, em pleno regime militar, “tomou as rédeas” dos novos rumos do desenvolvimentismo, cumprindo as regras das reformas impostas pelos representantes do capitalismo internacional, em seu

processo de “empréstimos, com condicionalidades, para o crescimento” (MELO, 2004).

Já estava claro também para Marx e Engels que somente o Estado poderia resistir a estas tendências do desenvolvimento capitalista, ao negar sua própria superestrutura social e ideológica. Engels chamou o Estado de “capitalista coletivo”. No final de suas vidas, tanto Marx como Engels já haviam superado aquela imagem de um Estado encarregado somente de preservar a superestrutura do sistema social. As mudanças em curso e as leis da acumulação capitalista que descobriram teoricamente indicavam claramente que o Estado Moderno se convertia em um agente direto do processo de produção capitalista. Marx esboçou também o papel do comércio exterior e do sistema colonial como fatores que resistem a tendência à queda da taxa de lucro (SANTOS, s.d.).

No entanto, apesar das medidas seguidas, os sintomas da crise continuaram a crescer até o início dos anos de 1980, quando o aumento vertiginoso das taxas de juros das dívidas nacionais criaram situações de insolvência em diversos países - incluindo os países latinoamericanos - obrigando o México a declarar moratória em 1982.

O que o pensamento conservador questionava à época, eram os custos do incipiente *welfare state* nestes países, bem como o protecionismo estatal, culpabilizando a sua implantação e também apontando as conquistas de direitos trabalhistas como impedimentos ao crescimento econômico. O pensamento liberal, estancado nos anos de 1940 com a adoção da perspectiva keynesiana no momento de reconstrução dos países no pós-guerras, voltou com novas características mais adequadas ao capitalismo contemporâneo: o neoliberalismo trouxe consigo os argumentos conservadores para a superação da crise dos anos de 1980. Trouxe a visão dos empréstimos como investimentos futuros, a serem protegidos a qualquer preço, intervindo nas políticas dos países devedores, fazendo-os assumirem diversas formas de reestruturação econômica e social, com o objetivo da valorização do capital investido nos empréstimos. Além das diretrizes prioritárias de desregulamentação, descentralização, privatização e desestatização; também são pilares fundamentais para a compreensão do que aconteceu a partir da crise de realização do capitalismo nos anos de 1980, a incorporação do neoliberalismo como pensamento único, como saída única para a crise da época; “não há alternativa” (*there is no alternative* – TINA), senão a consolidação do neoliberalismo, dizia Margaret Thatcher.

A força da implantação do neoliberalismo como tendência hegemônica trouxe também profundas mudanças ideológicas; tanto na consolidação da mudança da imagem das relações internacionais de dependência associada com o bloco norteamericano, para a implantação dos conceitos agregados ao de transnacionalização e globalização, descentralizados e difusos; quanto de diferenciação cada vez mais profunda entre os mercados dos países centrais e os mercados dos países periféricos, como os latinoamericanos, denominados nos relatórios do Banco Mundial de países devedores, emprestadores e pobres.

Novos blocos históricos são formados em decorrência da nova dependência dos países ao mercado global e novas exigências são formuladas para os acordos de empréstimos.

Fundado na concepção do mercado como mecanismo natural, a-histórico e autônomo de regulação econômica e social universal; nas escolhas e competências do indivíduo humano como base da regulação do sistema de preços; no individualismo como um valor moral radical; na mercadoria como expressão máxima da realização da produção

humana e no Estado como regulador, não do mercado ou qualquer instância relacionada com a economia, mas regulador da segurança e da justiça social, entendidas não como seguridade social, mas de segurança da propriedade e da livre troca no mercado; fundamentado enfim, nesses conceitos, e reduzindo o interesse humano à sua participação no mercado de trocas, o neoliberalismo vai se conformando como uma nova linguagem, com a pretensão de realizar um pensamento único e totalizante. (MELO, 2013).

Tais movimentos não foram implementados sem resistência social nos diversos países. Não só contra a dissolução paulatina do *welfare state*, com restrições e privatizações das instâncias da previdência social e também limitações dos contratos de trabalho; mas também contra o aumento do desemprego e restrição orçamentária nas diversas políticas sociais; provocando movimentos de reação contra a pobreza, a desigualdade social, a centralização de poderes nas decisões dos rumos econômicos e em todas as instâncias da vida e do trabalho.

No Brasil, estes movimentos estiveram presentes na dissolução do regime militar, aliados à necessidade do capitalismo de recuperar a capacidade de pagamento da dívida pelos países. O que se vivenciou na “transição democrática” no Brasil dos anos de 1980, foi um período de crescentes conquistas democráticas, reconhecimento dos partidos políticos, renovação dos poderes federativos, eleições para todos os níveis de governo, inclusive a presidência da república. A instauração da Assembléia Nacional Constituinte, que funcionou de 1986 a 1988, revelou um Brasil de grandes divergências de interesses, fundados nas classes sociais fundamentais, com seus representantes atuando em grandes e pequenas batalhas pela garantia de seus projetos societários no texto constitucional.

Mesmo em plena vivência da conquista de direitos, da reformulação e ampliação dos espaços democráticos locais nos Estados e Municípios, experiências as mais diversas de democracia direta, de orçamento participativo, de reconhecimento do Estado como agente de regulação da política econômica, de emendas populares ao processo de construção da Constituição, de conceituação da educação como direito público subjetivo, “o resultado, como não poderia deixar de ser no quadro de uma transição nitidamente conciliadora, foi simultaneamente conservação e mudança” (NEVES, 1994, p. 99).

Mesmo com a participação intensa do Fórum de Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito, com várias batalhas ganhas, como a educação conceituada como dever em primeiro lugar do Estado e depois da Família, a bancada defensora dos interesses privatistas também teve seus ganhos, como a possibilidade legitimada no artigo 213 de destinação de recursos públicos também para escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas. A obrigatoriedade e gratuidade se mantêm nos oito anos de escolarização e não avança nas questões da universalização para todos e em todos os níveis.

No Brasil, e também em grande parte da latinoamerica, os anos de 1980 são conhecidos como a “década perdida”, em contraponto com o desenvolvimentismo das décadas anteriores, conhecidas como o “milagre econômico”. Para o pensamento liberal, a falta ou a desaceleração do crescimento econômico e produtivo é considerada no capitalismo como estagnação e crise econômica explicadas, por sua vez, como incompetência gerencial dos países; sendo assim, as recomendações do FMI e do BM – como representantes dos interesses do capitalismo internacional – são de ajustes recessivos, com aumento da inflação e reformas recessivas também no mercado de trabalho. São bem conhecidos nessa época os

“pacotes” destas agências internacionais, condicionando sua ajuda em forma de empréstimos a profundas mudanças nos rumos da políticas econômicas e de infraestrutura e também das políticas sociais.

Paradoxalmente, há uma história concomitante tanto de conquistas com a consolidação do “estado democrático e de direito”, quanto de crise do crescimento do capitalismo nacional. Outra discussão típica da época resulta dos movimentos que colocaram na pauta da discussão global dos anos de 1990, as questões relativas ao desenvolvimento sustentável das nações. Estas questões são assumidas pelos Organismos Internacionais, associando as reivindicações sociais pelo reconhecimento e reversão da destruição que o capitalismo causou e causa ao meio-ambiente e aos seres humanos, em sua exploração predatória, ao crescimento do próprio capitalismo. O conceito de “sustentabilidade” torna-se sinônimo de governança estável e equilíbrio de contas nacionais, associado também aos conceitos de empreendedorismo e ao aprofundamento do conceito liberal de individualismo como fundamento das relações humanas.

A necessidade de manter um crescimento econômico perene faz com que as estratégias de sobrevivência do capitalismo se renovem também incessantemente. A luta contra a queda tendencial da taxa de lucro e a necessidade de valorização do capital e dos lucros, se associam à necessidade de socialização das forças produtivas, de aumento da produtividade do trabalho e também da incorporação da ciência e tecnologia aos processos produtivos e a favor do domínio da propriedade privada.

Da batalha pelo controle da criação e do uso dos produtos do conhecimento também faz parte o controle e dominação dos processos culturais e das políticas educacionais dos países, tendo como aliados parte dos seus próprios governos e sociedade.

No Brasil dos anos de 1990, as políticas neoliberais são consolidadas, num movimento de reforma profunda do Estado, quando se instituíram os meios legais para a ampliação de um protagonismo cada vez mais intenso da sociedade civil. Os movimentos de privatização também se tornaram mais presentes, tanto com a desestatização de empresas públicas, quanto com o aumento de investimentos públicos em empresas privadas e destinação de recurso públicos para empreendimentos privados. A criação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, das Parcerias Público-Privadas e da incorporação do conceito de ações “públicas não-estatais” ampliam a ação dos sujeitos políticos coletivos representantes do capitalismo internacional no nosso país de uma forma cada vez mais dominante; movimentos encaminhados pelo próprio Estado brasileiro:

O Estado de bem-estar social perdeu espaço para o Estado neoliberal. De produtor de bens e serviços, o Estado passou a assumir a função de coordenador das iniciativas privadas da sociedade civil. De promotor direto da reprodução do conjunto da força de trabalho, admitindo-a como sujeito de direito, o Estado passou a provedor de serviços sociais para uma parcela da sociedade definda agora como “excluídos”, ou seja, aquele contingente considerável que, potencialmente, apresenta as condições objetivas para desestruturar o consenso burguês. Para o restante da população, o Estado transfigura-se em estimulador de iniciativas privadas de prestação de serviços sociais e de novas formas de organização social que desatrelaram as várias formas de discriminação das desigualdades de classe. (NEVES, 2005, p. 33)

A restrição das políticas educacionais, com foco na educação fundamental, de crianças entre 7 a

14 anos no fluxo regular, foi a tônica das políticas educacionais dos anos de 1990, época da consolidação do programa do BM de “educação para todos”, associada à incipiente implantação dos programas de gestão democrática e valorização do magistério nas esferas burocráticas brasileiras. Somente em 2007, com a lei nº. 11.494, com a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), como fundo complementar nos Estados e Distrito Federal, é que se amplia a capacidade de financiamento para os demais níveis da educação, mesmo não sendo suficiente para a consolidação da universalização da educação básica no Brasil, cuja obrigatoriedade só se amplia para o ensino médio a partir da Emenda Constitucional de nº. 59 de 2009.

### *Novo século, novas crises*

No início do século XXI, como uma das “novas funções do Estado”, do ponto de vista do capitalismo internacional (MELO, 2005), o Estado brasileiro assume fortemente o papel de gestor de compensações sociais, os programas de transferência de rendas se associam à preocupação com a diminuição da miséria e da pobreza, sendo que o conceito de erradicação – da pobreza, da miséria, do analfabetismo... - paulatinamente desaparece dos discursos e projetos governamentais. O incentivo público às ações privadas e o protagonismo da sociedade civil se tornam marcas do novo século em nosso país, seguindo o projeto de sociabilidade da nova social-democracia (NEVES, 2005).

A presença de sujeitos políticos coletivos de origens de classe diversas como parceiros fundamentais do Estado em sentido estrito é detectada nos documentos do FMI e do Banco Mundial de maneiras as mais diversas. Essa nova forma de parceria procura também a harmonia e a concórdia entre os interesses públicos e privados sob movimentos mais sutis de ordenamento e condução de interesses sociais, em um processo de conformação social que tem como objetivo final a manutenção dos interesses do capital. As novas funções do Estado exigem um grau cada vez maior de eficiência e eficácia, de restrições de gastos públicos e controle de salários, mas não do mercado. (MELO, 2005, p. 75).

O que não se expressam nos documentos de tais organismos internacionais são as batalhas com relação ao protecionismo, louvado internamente nos países mais desenvolvidos e criticados quando de iniciativa de países periféricos; a redução dos fluxos de investimentos diretos para os países periféricos e também a redução de investimento na pesquisa e desenvolvimento pelas empresas multinacionais; a crescente desigualdade social; o impedimento ao crescimento dos países por muitas décadas agrilhoados às obrigações com a dívida externa; as consequências nefastas das políticas de ajustes no fim do século passado para tais países; enfim, ocultam as consequências causadas pelos movimentos da globalização, que propiciou novo fôlego ao capitalismo, inaugurando novas dependências.

### *A vida nos países em crise*

No final da primeira década do século XXI, *Janus* volta sua frente sombria para os Estados Unidos da América. A crise financeira e também produtiva norte-americana provoca um *efeito dominó* no capitalismo mundial, que aos poucos vai mostrando suas impossibilidades; em pouco tempo dois dos

pilares que ainda sustentam o templo do mercado têm sua base afetada: o crescimento e o aumento das taxas de lucros.

As crises do capitalismo não são vivenciadas de forma abstrata, mas também interferem na capacidade de sobrevivência material e cultural das pessoas. Para o cidadão comum, não importa a explicação que se dê, se a culpa é das instâncias da pequena ou da grande política, ou da crise do capitalismo, ou mesmo das diferenças econômicas e sociais na Comunidade Europeia, mas as mudanças em seu cotidiano.

Para um espanhol, italiano, grego, não-migrantes, cuja segurança cotidiana foi se consolidando desde o período pós-guerras, o colapso dos serviços públicos que acompanha a crise atual, associado ao colapso das políticas sociais em geral, se associa ao que chamávamos no Brasil dos anos de 1970 e 1980, de “fantasma da inflação” e “fantasma do desemprego”, a assombrar a vida e a destruir as perspectivas de futuro.

As pessoas que vivem hoje nos países que estão indo à bancarrota financeira e fiscal na Comunidade Europeia estão cada vez mais: ora desempregados, ora no mercado de trabalho informal, sem casa própria, sem dinheiro para aluguel, sem a comida do dia-a-dia, sem ter com o que pagar a saúde – em movimento de privatização; sem ter com o que pagar a educação – em movimento de privatização; sem ter como pagar o transporte público – em movimento de privatização; sem previdência futura, sem ter um futuro para si mesmos nem para as gerações futuras.

Nos países europeus onde se dava por eterna a consolidação do *welfare state*, o que se vive é um esfacelamento de todas as referências da vida. A mendicância ronda a classe média, assim como aconteceu nos EUA. Se, por um lado, continua crescendo de forma ostensiva o mercado de artigos e serviços de luxo, mostrando o aprofundamento da distância entre as classes sociais; por outro lado, a classe média sente as consequências da piora da qualidade de vida. As virtudes do empreendedorismo são louvadas, como responsabilização dos indivíduos e a capacidade de governação também, como responsabilização dos países. Em 24 de novembro de 2012, num movimento que demonstrou o nível de organização das oposições nos países europeus e também a capacidade organizativa de muitos partidos, sindicatos e centrais sindicais, bem como a atuação de outros movimentos sociais, houve uma greve geral em repúdio à crise e suas consequências nas vidas dos cidadãos europeus; numa mobilização inédita em sua história.

No entanto, um dos slogans traduzidos em diversas línguas: *há culpados, há soluções*; distanciou tal movimento das discussões sobre a crise do capitalismo, remetendo suas causas à governação dos países, à capacidade de auto-governo dos países, cujos governantes seriam pessoalmente culpados; assim como as equipes administrativas dos bancos que hoje estão na base do pilar capitalista que se esfarela.

### *Perguntas para as próximas crises*

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são



recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de idéias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as idéias do seu domínio. (ENGELS; MARX, 2012).

Qual é o lugar da educação no projeto de sociabilidade dominante? Para que serve a educação no século XXI? A educação continua no cerne dos projetos de desenvolvimento, tanto como instância produtora de conhecimento, de ciência, tecnologia, cultura; quanto é também fio condutor da dominação das idéias, que Antonio Gramsci conceituava como processos de “conformação” social. Antes de louvarmos as conquistas da “sociedade do conhecimento” ou da “revolução tecnológica”, temos a obrigação de relacionar as sequelas das crises e dos ajustes e reformas consequentes ao aumento da desigualdade social e também ao aumento e transformação da exploração do trabalho, bem como das transformações ocorridas como formas de sobrevivência do modo social de produção atual.

A legislação educacional brasileira hoje, bem como a condução das políticas educacionais, são exemplos de incorporação de demandas da classe trabalhadora em seus múltiplos grupos e frações, no entanto, nos faz falta uma análise mais detalhada de como esta incorporação se legitima a partir de processos que desrespeitam os processos democráticos já implantados no país. Nossa atual LDB, de 1996, resultou de um golpe senatorial que, incorporando textos e reivindicações de outro projeto em tramitação na Câmara, elaborou e fez promulgar uma Lei que favoreceu em muitos pontos os interesses privatistas. Nosso Plano Nacional de Educação (Lei nº. 10.172, de 2001) foi articulado de uma forma semelhante, quando foi desconsiderado todo o processo de discussão que acumulava muitos anos de discussão, de iniciativa da sociedade civil, e aprovado o texto conciliatório proposto pelo poder executivo, num flagrante desrespeito às instâncias democráticas nacionais duramente conquistadas desde os anos de 1980.

[...] é preciso investigar as formas – leis, decretos etc. – mas sem esquecer que as formas estão completamente imbricadas com as suas determinações mais profundas como as relações de classes, o lugar da educação na agenda da fração dominante e o grau de organização da classe que vive do próprio trabalho. Um dos pressupostos mais reiterados pelo discurso dominante sobre a educação é a afirmação de que esta, se congruente com a revolução científico-tecnológica, permite inserir as nações da periferia e da semiperiferia no admirável mundo globalizado e de que todos os que fizerem opções educacionais corretas terão um futuro grandioso. (LEHER, 2004, p. 870).

As estratégias cada vez mais potentes de sobrevivência do capitalismo também impulsionam a resistência e os múltiplos movimentos de contra-hegemonia. Tornar claro nosso projeto de sociedade e, especificamente, de educação, é uma necessidade nos movimentos de construção de contra-hegemonia. Como prognóstico vigilante, temos que levar em conta a nossa história recente dos golpes à democracia e continuar a participar, de forma a incorporar uma atuação crítica, nas diversas instâncias atuais que estão em pleno momento de reelaboração das políticas educacionais no Brasil.

Uma atenção especial deve ser voltada ao processo de construção já em curso da próxima Conferência Nacional de Educação (CONAE), que está agendada para acontecer em 2014, convocada pelo próprio poder executivo, por meio do Ministério da Educação, para que seus espaços democráticos não sejam utilizados como máquina político-partidária em pleno ano eleitoral. Num cenário otimista,

poderíamos ingenuamente louvar a iniciativa política de sua construção a partir de múltiplas entidades e delegações representativas dos estabelecimentos de ensino, municípios, estados e distrito federal, envolvendo múltiplos sujeitos políticos coletivos atuantes no campo educacional, nacionais e também internacionais. No entanto, a necessidade de vigilância sempre se apresenta, pois a articulação também se dá a partir dos sujeitos representantes dos interesses privatistas. Um ponto a ser discutido é que tais sujeitos políticos coletivos não estiveram presentes na discussão da CONAE anterior e costumam agir em defesa e consolidação de suas propostas políticas educacionais diretamente a partir de suas influências político-econômicas no próprio poder legislativo.

O protagonismo da sociedade civil, como um dos marcos de sobrevivência do capitalismo, confunde nossa visão de quais sujeitos políticos coletivos estão envolvidos com a construção de um projeto de sociedade e de educação contra-hegemônico, e quais se atrelam à consolidação do projeto da nova social-democracia. O processo que já se realiza no Brasil de construção da próxima CONAE nos revelará muitos aspectos da definição da nova pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005) e consolidará as suas formas de associação ou de crítica ao projeto de sociedade que insufla novo fôlego ao modo social de produção capitalista.

### Referências

- BRASIL. Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 17 dez. 1962, Seção 1.
- \_\_\_\_\_. Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1ª e 2ª. graus. *Diário Oficial da União*, Brasília, 12 ago. 1971, Seção 1, p. 6377.
- \_\_\_\_\_. Lei nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 jan. 2001, Seção 1, p. 1.
- \_\_\_\_\_. Emenda Constitucional nº. 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino... *Diário Oficial da União*, Brasília, 12 nov. 2009, Seção 1.
- \_\_\_\_\_. Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. *Diário Oficial da União*, Brasília, 21 jun. 2007, Seção 1, p. 7.
- BRIONES, A.; SANTOS, T. dos. A conjuntura internacional e seus efeitos na América Latina. In: ASSMAN, H. *A comissão trilateral: nova fase do capitalismo mundial*. Petrópolis: Vozes, 1979. p.145-177.
- ENGELS, F.; MARX, K. *Ideologia Alemã*. Disponível em: <ebooksbrasil.org>; <editor jahr.org>. Revisto a partir de marxists.org. Acesso em: 20 set. 2012.
- KONDER, L. *As artes da palavra*. elementos para uma poética marxista. São Paulo: Boitempo, 2005.
- LEHER, R. Para silenciar os campi. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 88, p. 867-891, out. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-73302004000300011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-73302004000300011&script=sci_arttext)>. Acesso em: 20 set. 2012.
- MELO, A. A. S. *A mundialização da educação*. consolidação do projeto neoliberal na América Latina: Brasil e Venezuela. Maceió: EDUFAL, 2004.
- \_\_\_\_\_. A gestão democrática nas escolas como prática de consenso – avanços e contradições na

educação brasileira hoje. *Cadernos ANPAE*, n. 09, São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. *Educação, neoliberalismo e nova social-democracia*. No prelo, 2013.

NEVES, L. M. W. (Org.) *A nova pedagogia da hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2005.

\_\_\_\_\_. *Direita para o social e esquerda para o capital*. intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

SANTOS, T. dos. *Crise estrutural e crise conjuntural no capitalismo contemporâneo*. Disponível em: <theotoniodossantos.blogspot.com>. Acesso em: 20 set. 2012.

---

### **Notas:**

<sup>1</sup>Professora Associada da Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, mestre (UFPE, 1989) e doutora (UNICAMP, 2003) em educação, pesquisadora do Grupo de Pesquisa Coletivo de Estudos sobre Política Educacional (CNPQ/UFJF), professora-colaboradora do PPGE/CEDU/UFAL. Email: adrianaalesdemelo@gmail.com

Recebido em: 01/2013

Publicado em: 05/2013